

África e cinema em sala de aula: conhecimento e aplicação da Lei Nº 11.645/08

Africa and cinema in the classroom: knowledge and application of Law Nº 11.645 / 08

Érica Patrícia Barbosa de Oliveira¹; Erinaldo Ferreira do Carmo²

Resumo

Este relato de experiência descreve e analisa o conhecimento e a aplicação da Lei Nº 11.645/08 em escolas de Pernambuco e foi desenvolvido a partir do Projeto de Extensão “África e cinema em sala de aula”, envolvendo professores e estudantes do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco e de diversas licenciaturas de diferentes instituições de ensino do estado. O trabalho envolveu temas e conceitos de variadas áreas do conhecimento com o objetivo de possibilitar o estudo da África de forma interdisciplinar, a partir de filmes produzidos com temáticas relacionadas a esse continente. A primeira etapa do projeto produziu a análise fílmica; a segunda etapa foi a divulgação do material produzido; e na terceira etapa ocorreu a capacitação de professores e de estudantes de diferentes escolas e universidades.

Palavras-chave: África, Cinema, Extensão, Interdisciplinaridade, Lei 11.645/08.

Abstract

This experience report describes and analyzes the knowledge and application of Law Nº 11.645/08 at schools of Pernambuco state and was developed from the Extension Project "Africa and cinema in the classroom", involving teachers and students of the School of Application of the Federal University of Pernambuco and students of diverse degrees and teacher of different educational institutions of the state. The work involved themes and concepts from various areas of knowledge in order to enable the study of Africa in an interdisciplinary way, from films produced with themes related to this continent. The first stage of the project produced the film analysis; the second stage was the dissemination of the material produced; and the third stage was the training of teachers and students from different schools and universities.

Keywords: Africa, Cinema, Extension, Interdisciplinarity, Law 11.645/08.

Introdução: a simbiose África e cinema

Este trabalho surgiu no ano de 2013, a partir do Projeto “África e cinema em sala de aula”, com o intuito de promover o estudo das culturas dos povos africanos a partir da observação inicial de filmes que tratam de temáticas relativas a este continente, e da oferta da

¹ Professora de Geografia do Colégio de Aplicação da UFPE.

² Professor de Sociologia do Colégio de Aplicação da UFPE.

disciplina “África, Cinema, Geopolítica e Sociologia”, como Parte Diversificada do currículo do ensino médio regular do Colégio de Aplicação da UFPE.

Em um primeiro momento do Projeto, cada participante analisou cenas de filmes selecionados e se expressou em relação às questões abordadas em cada enredo fílmico. Em um primeiro momento, as narrativas foram apresentadas e debatidas por todos os participantes. Em outro momento, cada estudante escolheu um filme, sobre o qual desenvolveu sua análise, considerando os aspectos históricos, geopolíticos e sociológicos contidos nos temas abordados, os diálogos mais relevantes e a contextualização do fato retratado na filmagem, resultando em textos produzidos pelos próprios participantes.

Posteriormente, em uma segunda fase do Projeto, após os debates e a produção textual, as análises feitas pelos estudantes passaram por um processo de revisão e foram unificados em formato de livro. Essa iniciativa resultou na obra “África: estudo e produção do conhecimento no ensino médio”, publicada em 2015 pela Editora Universitária da UFPE com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – Proexc. O referido livro traz os artigos produzidos pelos estudantes participantes da disciplina “África, Cinema, Geopolítica e Sociologia”, e da edição inicial do Projeto de Extensão “África e cinema em sala de aula”.

Além da publicação do livro, os primeiros resultados desta ação também foram divulgados interna e externamente com a apresentação de trabalhos no XIII Encontro de Extensão – Enext da UFPE (2015), no VII Seminário Nacional de Sociologia & Política da UFPR (2016), no Congresso Internacional de Educação e Inclusão na UFCG (2016), no XI Colóquio sobre Questões Curriculares na Universidade do Minho (2016) e publicados em formato de artigo acadêmico em revista científica.³

Em continuidade a esse trabalho de produção e utilização de conhecimentos referentes às populações africanas, foi realizada a terceira fase do Projeto, quando foram realizados 10 encontros, por três meses consecutivos, com o público externo, por meio de uma capacitação dirigida aos professores da rede pública estadual e estudantes de licenciatura interessados nessa temática. A capacitação contou com a relevante participação de estudantes do Colégio de Aplicação da UFPE, na qualidade de monitores/bolsistas, o que permitiu uma convivência horizontal entre docentes e discentes no estudo de uma mesma questão. Foi distribuído a cada um dos participantes um exemplar do livro África: estudo e produção do conhecimento no ensino médio.

³ http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia_09_06.pdf

1. A Lei nº 11.645/08

Antes mesmo da aprovação da Lei 11.645/08, já estava em vigor no país a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino sobre a história e a cultura afro-brasileiras nos estabelecimentos escolares de nível fundamental e médio, provocando uma busca acentuada pela formação de conhecimentos referentes ao continente africano em toda a sua diversidade. No ano de 2008, a Lei 10.639 foi então alterada pela Lei 11.645 para incluir na obrigatoriedade de estudos escolares também a história e a cultura dos povos indígenas.

Isso torna a Lei Nº 11.645/08 um marco histórico para a educação e a sociedade brasileira por instituir, por meio do currículo escolar, um ambiente de diálogo e de aprendizagem visando instigar o conhecimento sobre a história e a cultura dos negros no Brasil e as contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas: social, econômica e política. Contribui, nessa direção, para dar acesso a negros e não negros às novas possibilidades educacionais pautadas nas diferenças socioculturais presentes na formação do país. Mais ainda, colabora para o processo de conhecimento, reconhecimento e valorização da heterogeneidade étnica e racial brasileira.

No caso específico da questão afro-brasileira, como esse trabalho se propõe a estudar, percebe-se que a África sempre esteve muito próxima do Brasil no período colonial e pós-colonial, enquanto fornecedora de mão de obra escrava, mas o nosso sistema de ensino nacional sempre esteve muito mais ligado à Europa, enquanto receptor de um legado cultural e social historicamente montado nos moldes de uma civilização cristã, europeizada e capitalista, fazendo com que a África nunca tivesse sido priorizada nos programas educacionais brasileiros. E por esse motivo, a aprovação de uma lei específica para corrigir essa falta trouxe entusiasmo aos educadores do país, mas, ao mesmo tempo, estabeleceu uma grande inquietação pela ausência de conteúdos didáticos sobre essa abordagem.

De acordo com Silva (2012), as ideias de identidade e cultura nacionais escondem as diferenças, sejam de classe, gênero, étnicas e outras, ao buscar uniformizá-las, negando os processos históricos marcados pelas violências de grupos politicamente hegemônicos sobre os povos indígenas e os oriundos da África, que foram submetidos a viver em ambientes coloniais. É nesse sentido que a Lei procura se constituir em instrumento incentivador e facilitador do trabalho escolar, em auxílio aos professores que abordam a questão afro-

brasileira na educação básica, almejando colaborar na reversão à referência comum que se faz aos índios e aos africanos, da fragilidade política, da subvalorização econômica, de grupos marginalizados e de culturas estáticas.

2. A África na sala de aula

As contribuições culturais africanas, relegadas a segundo plano, ou praticadas de forma escondida e silenciosa, devido à ação proibitiva do Estado, ou camufladas diante do preconceito legitimado nas ações religiosas e conservadoras, fez com que a principal referência à África no estudo geral da história brasileira fosse associada ao tráfico negreiro, sem considerar suas tradições, valores, crenças e culturas. Isso fez com que a África não tivesse recebido o reconhecimento adequado nos estudos acadêmicos e escolares. E isso ainda se reflete no desconhecimento de nossas raízes culturais africanas e nos preconceitos generalizados em relação à cultura afro, além do olhar enviesado que concebe o continente africano fora de sua complexidade ou mesmo como sendo um território de um povo homogêneo.

No Brasil, dois fatores fundamentais formaram essa concepção preconceituosa da África: a autoridade europeia no registro de uma raça subserviente a ser dominada, com a identificação do modelo europeu de sociedade de referência, fato facilmente assimilado no Brasil, e ao mesmo tempo a imagem construída internamente em relação aos africanos, de um povo escravizado, marginalizado, desprovido de cristandade e desorganizado moralmente e socialmente. A negação da matriz afro na cultura nacional foi fortalecida ainda mais com o alarde do mito da democracia racial, que propagava a singularidade da miscigenação na formação do povo brasileiro, o que tornava sem sentido qualquer tentativa de pleitear políticas públicas para negros, já que esses seriam democraticamente “iguais aos brancos”.

Por esses motivos, o estudo dos povos e culturas africanas nunca esteve em evidência nos currículos escolares e, desse modo, escolas, editoras, professores e acadêmicos rejeitaram a compreensão da vida social no continente vizinho como partícipe da nossa formação cultural. Os livros didáticos, por exemplo, são instrumentos dotados de valores e seus textos e ilustrações transmitem, geralmente, estereótipos, visões de mundo e interpretações representativas, não apenas do olhar dos seus autores, mas principalmente do universo onde

eles se inserem. Como afirma Oliva (2003), quando os livros ignoram a multiplicidade étnica da África e utilizam imagens de negros escravizados em alusão às sociedades africanas, registram o entendimento comum que perpassa épocas, localidades e níveis de conhecimento. O tráfico escravista não pode ser consagrado como o signo referencial africano. Segundo Munanga (2008), o tráfico negreiro é considerado uma das maiores atrocidades na história da humanidade, por sua amplitude, duração e problemas que se mantêm até os dias atuais entre os povos explorados, na África e no Brasil.

3. O cinema em sala de aula

Na busca por imagens que retratam a vida social de alguns dos povos do continente africano, recorreremos ao recurso fílmico como forma de instrumentalizar parte da formação das pesquisas e dos debates entre alunos e professores. Lembrando que o uso de recursos fílmicos, de acordo com Freire e Caribé (2013), não tem o sentido de suspender a leitura ou o uso de outras linguagens, nem mesmo de outros recursos multimídias, mas sim de auxiliá-los. Os filmes adotados não foram selecionados aleatoriamente ou de forma indiscriminada. O seu emprego como estratégia de ensino é recomendado quando pode contribuir significativamente com o desenvolvimento da aula, já que nem todos os temas podem ser empreendidos a partir da linguagem fílmica. Ao adotarmos um filme, procuramos fazer analogias a outras fontes, concepções, métodos e técnicas já adotadas em sala de aula. O filme pode ter a função de explorar novos conceitos, motivar o aluno aos estudos, despertar a curiosidade à pesquisa, transmitir informações complementares e relacionadas aos conteúdos trabalhados na aula, ou seja, vídeos e textos, incluindo o livro didático, fichas de leitura, artigos acadêmicos, notícias de jornais, dentre outras produções escritas que se complementam.

Sabe-se que na utilização desse recurso, é preciso que o professor tenha interesse por tal instrumento de ensino e possibilidade de acesso às ferramentas necessárias à sua execução. Em investigação sobre o uso do vídeo em aula, Nascimento (2008) percebeu que a maioria dos professores não utiliza filmes, principalmente, por não encontrar filmagens adequadas às temáticas abordadas em sala, ou ainda pelo fato das escolas onde trabalham não possuírem um espaço adequado para a exibição de vídeos. Por esses motivos, o cuidado operacional e o cuidado pedagógico são essenciais ao professor para esse tipo de atividade educativa. Esses

cuidados envolvem, desde a preparação para a aula, com a verificação dos equipamentos audiovisuais e a adequada seleção dos filmes e dos textos paralelos e complementares, até a execução e o fechamento do trabalho.

Com as mais diversas abordagens de conteúdos culturais, econômicos, sociais e políticos, os filmes sobre questões africanas nos permitem a compreensão dos fatos, a comparação entre diferentes grupos e a narrativa contextualizada de aspectos que envolvem o continente africano em sua diversidade e complexidade diante do quanto desconhecemos essa parte do planeta e do quanto precisamos saber mais sobre ela. Os filmes com temáticas africanas que foram selecionados neste trabalho apresentam uma linguagem em ação que pode ser utilizada como prática discursiva em sala de aula para o embasamento de debates e pesquisas sobre a realidade dos povos representados nas filmagens.

4. Analisando os dados

Durante a capacitação dos professores, ocorrida nos meses de agosto, setembro e outubro de 2016, foram aplicados 102 questionários aos participantes do Projeto de Extensão. Os questionários foram estruturados com questões objetivas e subjetivas, de modo a identificar o conhecimento da legislação e a adoção de filmes em sala de aula. Esse instrumento de coleta de dados foi aplicado aos professores da rede pública estadual e aos estudantes das licenciaturas. Dentre os estudantes que participaram dessa atividade, 78% foram da UFPE, 14% da UFRPE, 7% da Unicap e 1% da UPE.

Em relação ao universo de professores do Estado e estudantes de licenciatura, o quantitativo de 102 participantes representa uma amostra não-probabilística. Entretanto, esse número será empregado nesse trabalho em termos quantitativos, em percentuais, pois representa a totalidade de participantes deste Projeto de ensino da cultura dos povos africanos, em observação à legislação específica. No que diz respeito ao conhecimento da Lei 11.645, considerando a totalidade de participantes, professores e estudantes de licenciatura, apenas 3% dos respondentes informaram que não conheciam a Lei; 29% disseram conhecer um pouco; 36% afirmaram ter um conhecimento mediano; e 32% conheciam bem a referida Lei.

Dos professores participantes, 84,2% informaram que costumam utilizar filmes em sala de aula, o que demonstra uma certa familiaridade desses profissionais com os recursos

multimídias. E outra constatação, não tão positiva, está no fato de 62,2% dos docentes pesquisados responderem que as escolas onde trabalham dispõem de equipamentos para atividades audiovisuais, quando era esperado que os recursos para esse tipo de atividade já estivesse presente na totalidade das instituições de ensino. Desses, 44,7% têm formação em história, 23,6% em Letras, 13,2% em Pedagogia, 9,2% em Geografia e 9,2% em Artes.

Entre os estudantes de licenciatura, 47,5% disseram que no seu curso de graduação tiveram orientações sobre a Lei 11.645/08. Por outro lado, somente 7,6% desses estudantes afirmaram conhecer bem filmes com abordagem de temáticas de interesse para o estudo da história e da cultura dos povos africanos. Desses estudantes, 40% informaram estar matriculados entre o primeiro e o quarto período do curso e 60% entre o quinto e o oitavo período. Isso significa que mais da metade dos entrevistados já cursaram, ao menos, a metade do seu curso de graduação, e menos da metade desses estudantes tinham recebido alguma informação da Lei 11.645, o que pode apontar para uma possível falha de formação na licenciatura, onde essa temática deveria ser suficientemente explorada, dando informações apropriadas sobre a legislação.

Conclusão: a África e o cinema na escola

A realização dessa atividade de ensino, pesquisa e extensão nos permitiu a percepção da diversidade cultural, em estudo comparado, de diferentes povos africanos e nos propiciou estudos e debates sobre questões próprias da história e da cultura afro-brasileira. Possibilitou, ainda, a construção de etapas de formação do conhecimento de forma a concretizar uma aprendizagem significativa na qual se constatou, entre os participantes do Projeto, a curiosidade, a autonomia e a originalidade.

A curiosidade pela pesquisa permitiu a assimilação de conceitos, teorias e teses, desencadeando um interesse pelo aprofundamento dos conteúdos expostos nos filmes. A autonomia na realização dos estudos tornou possível a independência para selecionar as leituras, dentre os diversos textos sugeridos, além de buscar outras fontes, de modo a chegar ao melhor resultado possível durante os debates e redação dos textos, utilizando argumentos com base na literatura pesquisada. A originalidade tornou-se visível na manifestação de ideias originais durante os debates e na elaboração das análises individuais e coletivas.

Entre os professores e estudantes que participaram da capacitação, ficou claro o interesse na busca por conhecimentos referentes ao contexto trabalhado, bem como a necessidade de aprofundamento no ensino escolar e acadêmico sobre a devida aplicação da Lei Nº 11.645/08.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.645**. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/civil-03/-ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> >, acesso em 13/03/2017.

FREIRE, L. A. & CARIBÉ, A. L. **O filme em sala de aula**: como usar. Revista eletrônica o olho da história. Disponível em <www.oolahistoria.ufba.br>, acesso em 18/04/2013.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a África na escola brasileira?** Conferência, Casa do Saber, Camaçari-BA, mai. 2008.

NASCIMENTO, J. C. **Cinema e ensino de história**: realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula. Fênix - Revista de história e estudos culturais, ano 5, v. 5, n. 2, jun, 2008.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares**: representações e imprecisões na literatura didática. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 3, 2003.

SILVA, E. H. **Povos indígenas**: história, culturas e o ensino a partir da Lei 11.646. Historien, UPE-Petrolina, v. 7, 2012, pp. 39-49.